



# XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

---

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

---

ANÁLISE DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: SIDERÚRGICA CSA E COMUNIDADES DO ENTORNO DA BAÍA DE SEPETIBA.

**Laura Nazaré de Carvalho** (UFF) - [laura2209@gmail.com](mailto:laura2209@gmail.com)

*Mestranda em sociologia e direito (CAPES/UFF). Graduada em direito (UFRJ) e em ciências sociais (UERJ).*

*Participante do grupo de pesquisa trabalho sociedade e direito (UFF)*

## **Análise de Conflitos Socioambientais: Siderúrgica CSA e comunidades do entorno da Baía de Sepetiba.**

### **RESUMO**

Este artigo foi baseado nas inúmeras denúncias de movimentos sociais contra a CSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico). A Thyssenkrupp CSA segundo um estudo da ENSP/FIOCRUZ, fragmentou o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), ignorando a possibilidade de exposição cumulativa e simultânea da população a diferentes poluentes, assim subestimando os riscos aos quais as pessoas estão expostas por conta da indústria. Desde 2006, as organizações ligadas às comunidades tradicionais locais (pescadores artesanais e quilombolas) lutam para impedir que os projetos previstos para a região reduzam ainda mais o pescado disponível, aumentem a poluição do ar e acabem por destruir todo o ecossistema da baía de Sepetiba.

Palavras-chave: ambiente, poluição, Santa Cruz/RJ.

---

## **INTRODUÇÃO.**

Segundo o PACS, o que se passa na Baía de Sepetiba é emblemático das dinâmicas e dos processos que são postos em marcha pelo modelo de desenvolvimento encontrado no Brasil. Um modelo baseado na busca do crescimento econômico a qualquer custo, na exploração dos recursos naturais, na concentração da riqueza e fruto de uma ideologia neoliberal que ganhou força na década de 90 do século passado. Esse modelo de desenvolvimento objetiva metas de crescimento econômico em detrimento da sustentabilidade.

Segundo Sardan (1995), “desenvolvimento” é termo corrente na sociedade moderna, comumente utilizado para designar um estado atingido por determinados países, localidades e regiões, bem como na defesa da elaboração de projetos que visem trazer melhorias aos serviços, infra-estrutura e condições de vida de populações. O discurso sobre o desenvolvimento é particularmente forte nos “países do sul”, e nos países africanos, dada a existência de um consenso sobre a necessidade da implementação de “políticas de desenvolvimento” nessas nações como solução para problemas sociais, econômicos e políticos de longa data.

Para o PACS (2005), o modelo de desenvolvimento conferido ao Brasil é o de um país exportador de produtos agrícolas, minerais e metálicos, baseados em processos produtivos de uso intensivo de recursos naturais e da força de trabalho barata e com elevado impacto sobre o meio ambiente. Nesta divisão do trabalho, os países para onde são exportadas essas mercadorias – ditos “desenvolvidos”- especializam-se na produção de bens com maior valor agregado – e com processos produtivos mais limpos, calcados produzidos a partir dos produtos semi-acabados.

Vemos a exportação da poluição e de todos os danos sociais decorrentes destes megaprojetos para os países menos “desenvolvidos” que, para receberem estes investimentos flexibilizam suas legislações e precarizam as condições de trabalho.

Mas para Sardan (1995) não há que se falar em dominação ideológica de um ideal de desenvolvimento. Para ele, apesar de haver diferenças de poder entre os atores sociais envolvidos em uma disputa por um projeto de desenvolvimento, existe complexidade das realidades sociais e multiplicidade de interesses, concepções e estratégias de diversos grupos e indivíduos envolvidos nas relações de desenvolvimento. Os processos de desenvolvimento seriam resultado de complexas articulações e interações entre diversos atores, locais ou não.

Os atores sociais possuiriam margens de manobra e estratégias próprias, segundo Sardan (1995), que os possibilitariam interagir e se posicionar frente aos processos em curso.

Cabe analisar um tipo de interação, resultante da forma como diferentes grupos sociais se relacionam com o seu meio natural (LITTLE, 2005): os conflitos socioambientais.

Segundo Little (2005), os conflitos socioambientais são, com uma freqüência cada vez maior, parte da paisagem política e ambiental no Brasil. Entendendo esta problemática como um campo de estudo, o autor estipulou um método que poderia auxiliar sua análise e que se centraliza em definir o conceito de conflito socioambiental como um tipo específico de conflito humano.

Esta análise se centraliza na equação de poder entre os distintos participantes do conflito, dando especial atenção às assimetrias entre esses poderes diferenciados e os antagonismos entre os interesses, ideologias, símbolos e formas de adaptação dos grupos sociais, devendo-se ainda analisar as relações sociais, políticas e econômicas entre os atores sociais envolvidos no conflito e identificar os impactos ambientais, sejam eles já existentes ou potenciais.

## **1. SOBRE A REGIÃO**

O empreendimento se situa em Santa Cruz, na zona oeste do Rio de Janeiro, numa área com muitas comunidades em seu entorno, e que também contém vastas áreas de vegetação natural. Estima-se que no mínimo 3.000 famílias vivam no entorno imediato do empreendimento (DOSSIÊ, 2010).

A região da Zona Oeste do Rio de Janeiro<sup>i</sup> é formada pelas Regiões Administrativas de Bangu, Barra da Tijuca, Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá, Realengo e Santa Cruz, e apresenta grandes contrastes, abrigando áreas de intensa urbanização e ocupação como Realengo e Santa Cruz e regiões que ainda apresentam mais da metade de sua superfície ocupada por áreas naturais, como mangues e mata atlântica.

Segundo levantamento do PACS (2009), ao longo dos anos 1990, a região apresentou um enorme crescimento demográfico, sendo a região que mais cresceu no estado. Com isso, vem aumentando os desafios no que concerne à melhoria das condições de vida de sua população. Nesta perspectiva, aumenta a pressão sobre os serviços sociais como moradia, educação, saúde, saneamento básico, dificultando a melhoria dos indicadores sociais da região. Acentua-se também a pressão sobre os recursos naturais, refletindo-se em altos níveis de poluição e destruição de ecossistemas como a mata

atlântica, manguezais, e outros biomas marítimos que, muito embora apresentando uma redução significativa ao longo dos últimos anos, ainda se fazem presentes na região.

Mas para o PACS, a pressão demográfica ainda que grave não corresponde ao único fator a exercer pressão sobre os recursos naturais da região. Existem outras características que corroboram e reforçam a atração exercida pela região sobre empreendimentos econômicos de grande magnitude e cujos impactos sociais e ambientais são enormes. O fato de a Zona Oeste apresentar áreas de elevados índices de pobreza, pouco urbanizadas e uma população com baixo acesso à educação e à saúde, configuraria uma situação de baixa atratividade ao capital. Mas, do ponto de vista dos grandes empreendimentos, estes fatores possibilitariam um menor custo operacional para seus projetos.

Em primeiro lugar há que se destacar a grande disponibilidade de terras ainda não completamente urbanizadas, normalmente vistas como novas “fronteiras” a serem abertas. Junta-se a isso a constituição de uma ampla rede de vias de transporte, tanto ferroviário como, principalmente, rodoviário que facilitaria a logística da região. Comparada com outras regiões administrativas do Rio, a Zona Oeste (excetuando-se a Barra da Tijuca) possui índices bem inferiores de escolaridade, renda, saneamento básico, fornecimento de água e outros serviços. Este quadro influencia os índices de qualidade de vida da população da região (IDH) e contribui para que a mão-de-obra seja barata e pouco organizada, um elemento-chave para as empresas no processo de escolha do local para seus empreendimentos. São áreas que apresentam, portanto, a maior concentração de população negra e de baixa renda no estado do Rio de Janeiro, com aluguéis e terrenos mais baratos e desvalorizados. A população, normalmente, possui menores poderes políticos e econômicos para incidir nas decisões públicas sobre o território. Isso determina uma distribuição espacial desigual dos danos ambientais e dos riscos, produzindo situações de injustiça e de racismo ambiental. (PACS, 2009, p.15/16)

“Racismo Ambiental” é uma expressão trabalhada pelo pesquisador Henri Acselrad, que a partir da pesquisa do reverendo Benjamin Chavis, cunhou a terminologia para designar

“a imposição desproporcional - intencional ou não - de rejeitos perigosos às comunidades de cor”. Dentre os fatores explicativos de

tal fato, foram alinhados a disponibilidade de terras baratas em comunidades de minorias e suas vizinhanças, a falta de oposição da população local por fraqueza organizativa e carência de recursos políticos típicas das comunidades de “minorias”, a falta de mobilidade espacial das “minorias” em razão de discriminação residencial e, por fim, a subrepresentação das “minorias” nas agências governamentais responsáveis por decisões de localização dos rejeitos (ACSELRAD, 2002).

Cumprir destacar o papel ativo exercido ao longo dos anos pelos poderes públicos. O Estado, por meio das políticas públicas implementadas, da ausência de fiscalização e de suas omissões, tem desempenhado um papel que ao invés de reverter essa situação, reforçou este quadro de abandono e exploração de recursos humanos e ambientais (PACS, 2009).

Assim, com o objetivo de atrair investimentos, o Estado em suas diversas esferas (municipal, estadual e federal) vem concedendo incentivos fiscais e subsídios para as empresas se instalarem na região e, ao mesmo tempo, se omitindo no seu papel de fiscalizador e na exigência do cumprimento das legislações vigentes.

No que tange a Baía de Sepetiba<sup>ii</sup>, além da zona oeste do Rio de Janeiro, ela abrange os municípios de Itaguaí e Mangaratiba. Conforma uma região muito diversificada do ponto de vista ambiental e



socioeconômico. É essa área também que, nos últimos anos, vem recebendo especial atenção por parte dos grandes projetos portuários e siderúrgicos, devido às suas vantagens logísticas e nos custos.

Situada entre as serras do Mar e de Madureira, o maciço da Pedra Branca e a restinga da Marambaia, a baía de Sepetiba possui uma área de aproximadamente 305 km<sup>2</sup> e 130 km de perímetro. Durante muitos séculos, a pesca foi a base econômica de diversas comunidades assentadas ao longo de suas margens e ilhas, e seu pescado não apenas serviu a subsistência dessas comunidades, como abasteceu mercados por toda a região metropolitana (FIOCRUZ, 2009).

Atualmente, segundo dados da FAPESCA (Federação das Associações dos Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro) se estimou em cerca de 8.000 o número de pescadores da Baía de Sepetiba. Mas além de projetos e atividades industriais e da ameaça à pesca, as comunidades do entorno da baía de Sepetiba sofrem com a concorrência desigual com barcos e traineiras industriais que praticam a pesca predatória do pescado remanescente, dificultando ainda mais a sobrevivência dos pescadores artesanais e quilombolas (FIOCRUZ, 2009).

Do ponto de vista ambiental, em seu entorno existem importantes ecossistemas ainda preservados de florestas, restingas – como a da Marambaia e manguezais. Podem ser encontradas áreas remanescentes da Mata Atlântica, principalmente na Serra do Mar, considerada atualmente uma das 25 áreas mais importantes para a conservação da biodiversidade em todo o mundo. A baía desempenha também um importante papel no abrigo de espécies nativas, endêmicas e ameaçadas de extinção de aves; no refúgio de aves costeiras; bem como serve de área de descanso para bandos de aves que procuram abrigo em sua vegetação. Os estuários, por sua vez, guardam uma imensa riqueza biológica típica de ambientes de transição – locais onde a água doce dos rios encontram-se com as águas do mar <sup>iii</sup>.

Apesar destas características ambientais existe uma interpretação desta região como pólo industrial que se mantém até hoje, ainda que o Plano Estratégico do governo do Rio de Janeiro confira à região uma estratégia calcada no desenvolvimento sustentável e na preservação da baía de Sepetiba <sup>iv</sup>.

Atualmente, a região que abarca Santa Cruz e a baía de Sepetiba tem sido palco para a instalação de empreendimentos de grande porte do setor químico, mineral e siderúrgico, resultado de ter se tornado nos últimos anos ponto central na estratégia de escoamento de *commodities* para o mercado internacional, e isto gera conseqüências diretas sobre o ecossistema da região (FIOCRUZ, 2009).

## **2. THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO (TKCSA) EM SANTA CRUZ/RJ**

A Thyssen Krupp Steel é uma das maiores companhias siderúrgicas do mundo, com um faturamento anual de 39 bilhões de euros. A empresa alemã <sup>v</sup> está em forte expansão crescendo e investindo em nível mundial; o elemento central dessa expansão no Brasil foi a construção de uma usina siderúrgica integrada - um projeto de 4,5 bilhões de euros. Os

fatores que influenciaram esta decisão foram as vantagens dos custos regionais, a proximidade aos depósitos de minério de ferro (matéria-prima) e vantagens logísticas.

A partir de 2005, a ThyssenKrupp juntamente com a Vale <sup>vi</sup> começou a erguer a Companhia Siderúrgica do Atlântico na Baía de Sepetiba (DOSSIÊ, 2010).

Segundo empresa ThyssenKrupp, os nove quilômetros quadrados do terreno do complexo siderúrgico no Distrito Industrial de Santa Cruz, às margens da baía de Sepetiba, oferecem condições logísticas ideais para uma usina siderúrgica. O terreno situa-se junto ao mar, próximo a um ramal ferroviário utilizado para o transporte de minério de ferro de minas do interior do Brasil para os portos de exportação na região costeira. A usina siderúrgica integrada possuirá um porto marítimo próprio, a partir do qual as placas de aço serão transportadas diretamente para a Europa e para a América do Norte.



Localização da CSA.

A empresa ThyssenKrupp divulgou que a instalação siderúrgica levou inúmeros benefícios para as economias do Estado do Rio de Janeiro e do País. As compras de produtos e serviços no Brasil durante a fase de implantação teriam atingido o valor de R\$ 10 bilhões, sendo mais de R\$ 5 bilhões somente no Estado do Rio de Janeiro. Afirmam que durante a construção, também R\$ 1,6 bilhão foram pagos em salários e encargos trabalhistas.

Além disso, acreditam que os reflexos da renda gerada com essa injeção de recursos são visíveis na região próxima ao empreendimento, principalmente no bairro Santa Cruz e no município vizinho, Itaguaí, onde, segundo eles, houve expressiva expansão de estabelecimentos comerciais e de micro e pequenas empresas, gerada por causa da política de contratação dos mais de 30 mil operários que trabalharam na obra, priorizando moradores da região do entorno do empreendimento. Afirmam que este mesmo critério está sendo adotado no preenchimento de 3.500 vagas para a fase operacional.

"A economia local continuará sendo prioridade nas aquisições de produtos e serviços durante a fase operacional, estimadas em R\$ 250 milhões anuais", disse Dr. Schulz.

Cabe salientar que a produção da usina tem isenção de ICMS, visto que é de produtos semi-elaborados destinados na sua totalidade para exportação. Esse benefício se deve a Lei Kandir <sup>vii</sup> (DOSSIÊ, 2010). O empreendimento ainda conta com amplo apoio dos governos municipal, estadual e federal por meio de financiamento direto de R\$ 1,48 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES <sup>viii</sup> e isenções fiscais de ISS e ICMS <sup>ix</sup>. Pela lei n.º 4.372, de 13 de junho de 2006, a TKCSA recebia a isenção total de ISS sobre alguns itens e a incidência de alíquota especial sobre outros por um período de cinco anos. Estima-se em R\$ 40 milhões o total que eles deixarão de recolher em impostos a cada cinco anos de isenção de ISS. A isenção ficava condicionada a algumas exigências. (Segundo o DOSSIÊ, a empresa não cumpriu nenhuma das condições estipuladas pelo Estado). No final de 2009, outro projeto de ampliação das isenções de ISS por mais cinco anos foi apresentado e aprovado na Câmara dos Vereadores com extrema rapidez. A empresa possuía também isenção de ICMS durante a fase de construção <sup>x</sup>.

### **3. DENÚNCIAS CONTRA A TKCSA**

Desde 2006, as organizações ligadas às comunidades tradicionais locais lutam para impedir que os projetos previstos para a região reduzam ainda mais o pescado disponível e acabem por destruir todo o ecossistema da baía. Para tanto contam com o apoio de vários atores, dentre eles: ONGS, movimentos sociais, redes de entidades, vereadores e procuradores dos ministérios públicos estadual, federal e do trabalho (MPE/RJ, MPF e MPT).

De acordo com a FIOCRUZ, o governo estadual tem se mostrado complacente em relação ao seu papel de gestor dos recursos naturais e fiscalizador das atividades licenciadas pelos órgãos estaduais. O licenciamento ambiental desses empreendimentos e a fiscalização das obras são apontados pelas entidades ligadas às comunidades como falhos, obscuros ou inexistentes.

Além disso, o poder executivo (estadual e federal) tem ignorado as denúncias de violações de tratados internacionais e às leis trabalhistas brasileiras pelo grupo Thyssen-Krupp Steel (TKS).

O projeto de instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) inicialmente foi encarado com uma alternativa para o desenvolvimento da região da zona oeste, mas logo se revelou como mais um fator de desestruturação social e econômica das comunidades tradicionais e um fator de risco ao já degradado ecossistema da baía (FIOCRUZ, 2009).

Inúmeros impactos já foram gerados pela obra, decorrentes da dragagem do fundo da baía para a construção do acesso a um terminal marítimo destinado a escoar a produção siderúrgica, além da destinação final da lama retirada, e do desmatamento ilegal<sup>xi</sup> de áreas de manguezal para a implantação da infraestrutura de transporte terrestre da usina (FIOCRUZ, 2009).

Uma das ações dos pescadores artesanais, ambientalistas e quilombolas visa pressionar socialmente um importante financiador da CSA, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Orçado em cerca de cinco bilhões de euros, o projeto conta com financiamento do BNDES da ordem de um bilhão e quatrocentos mil reais (cerca de 500 milhões de euros), como já mencionado.

A continuidade das obras e a aproximação da empresa com grupos milicianos armados (segundo denúncias dos pescadores) serviram para aumentar ainda mais o clima de tensão na região. A isto veio somar um episódio trágico, onde um pescador morreu e outro ficou gravemente ferido num choque entre uma embarcação de pescadores e outra a serviço da CSA, em março de 2008, na baía de Sepetiba.

#### **4. RESISTÊNCIAS DA POPULAÇÃO LOCAL.**

Segundo o PACS (2009) grande parte da população local se opõe à implantação da empresa e não se intimida com as ameaças dos milicianos. Muitos grupos criados estão ligados aos pescadores, moradores da região e professores. As associações aliadas, além de entrarem na justiça contra a empresa, vêm promovendo protestos e unindo esforço para divulgar os crimes que a TKCSA vem promovendo na Zona Oeste.

Atualmente, boa parte dos grupos, organizações e movimentos sociais do Rio de Janeiro, reunidas em torno da Plenária dos Movimentos Sociais, se solidariza e tem conhecimento das violações e irregularidades que vêm sendo cometidas pela TKCSA contra os moradores e em especial pescadores da Baía de Sepetiba.

Atualmente, os pescadores têm seis ações cíveis em andamento na justiça estadual contra a TKCSA. Eles também têm participado de vários eventos com o objetivo de dar visibilidade ao caso.

No plano nacional vêm ampliando as discussões com diversas instituições como a OAB (Organização dos Advogados do Brasil), a FIOCRUZ, CORECON (Conselho Regional dos Economistas), CREA e IDDH (Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos). O objetivo é obter o apoio destas instituições na luta.

No plano internacional, os pescadores denunciaram o caso no Tribunal Permanente dos Povos, em Lima, com grande repercussão. Recentemente o caso foi, enfim, levado à

Alemanha, país de origem da transnacional. Organizações e movimentos sociais alemães já apóiam a causa dos pescadores.

Mas em todo o processo de resistência e enfrentamento, a empresa não foi aberta ao diálogo com os pescadores e suas associações. As únicas conversas que foram iniciadas se deram bem no início da implementação da empresa, em 2006. Essas “conversas”, no entanto, foram no sentido de tentar cooptar os pescadores.

Ademais a empresa usa a grande mídia para propagar a imagem de responsável. No dia 3 de março de 2009 a transnacional publicou uma nota nos jornais brasileiros Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo, negando acusações de envolvimento de milícias por parte de sua equipe de segurança. Afirmou que as denúncias eram falsas e aproveitou, ainda para ressaltar suas realizações em matéria de emprego e desenvolvimento da região.

Em 2010, as associações de pescadores da Baía de Sepetiba participaram de uma audiência no Parlamento Alemão, na Comissão de Desenvolvimento Econômico e Cooperação, para investigar impactos da TKCSA. Nesta ocasião, apresentaram as denúncias diretamente para a ThyssenKrupp e o governo alemão, e ofereceram como proposta a composição de uma comissão independente interdisciplinar, com acesso dentro e no entorno do canteiro de obras, com o objetivo de investigar a fundo as denúncias apresentadas. A empresa se recusou a compor esta comissão.

Em 20 de setembro de 2010<sup>xii</sup> a deputada alemã no Parlamento Europeu Gabriele Zimmer (GUE/NGL – Esquerda Nórdica Verde) prometeu levar ao partido e ao Parlamento Alemão uma série de denúncias contra a empresa Thyssenkrupp CSA Siderúrgica do Atlântico, em Santa Cruz, no Rio. A informação foi dada após encontro da parlamentar com executivos da empresa.

“Eles podem achar não tão problemático que a imagem deles fique desgastada no Brasil, mas com certeza, ficarão preocupados se isso ocorrer na Europa”, disse Zimmer à comunidade, ao relatar as explicações da empresa sobre os problemas, depois de reunião de mais de três horas com os executivos, em Santa Cruz.

Com as informações que reuniu durante visita as comunidades, Gabriele pretende cobrar, na Europa, explicações da ThyssenKrupp para os impactos da obra no Brasil. Segundo a parlamentar, provocado pelo Legislativo, o Executivo pode exigir das empresas alemãs explicações sobre empreendimentos instalados fora do país.

Por causa do descontrole na emissão de partículas de grafite, em agosto de 2010, a ThyssenKrupp foi multada em R\$ 1,8 milhão pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente (Inea) e não recorreu da sentença. Há época, alegou falha em um dos equipamentos, em fase de testes, e garantiu que apesar do desconforto os níveis detectados da substância não causariam dano à saúde.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que criou uma comissão para acompanhar os impactos das atividades da siderúrgica na saúde da população, diz que ainda não há dados técnicos ou de saúde que confirmem a poluição, mas há indicações de que “uma intensidade grande de poluição durante os meses de agosto e setembro” se refletiu em vários relatos de problemas de saúde por parte das pessoas que moram perto da obra.

“Além desse problema de poluição anormal e intensa há o início do transporte por linha de ferro [de minérios] que não somente produz ruído como possivelmente é responsável pelo aumento de partículas no ar, que já estavam em níveis elevados com a entrada em operação da siderúrgica [em junho]”, alertou um dos pesquisadores, Marcelo Firpo.

Segundo os manifestantes da Missão de solidariedade e investigação de denúncia em Santa Cruz, os governos federal e estadual escolheram uma área de vulnerabilidade socioambiental para implantar o complexo siderúrgico da TKCSA (FOLDER, 2010).



Fuligem emitida pela Companhia Siderúrgica do Atlântico, em Santa Cruz, em dezembro de 2010.

Em 26 de dezembro de 2010, novamente o mesmo problema apresentado no mês de agosto do mesmo ano. Os moradores de Santa Cruz foram surpreendidos por uma nuvem de fuligem vinda da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), que invadiu as casas da região. A Secretaria Estadual do Ambiente fixou prazo de 30 dias para que a empresa resolvesse o

problema da poluição do ar no local e informou que a CSA poderá ser multada por não ter informado o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) sobre o problema.

A CSA informou, por meio de nota, que "um defeito em um guindaste da aciaria obrigou ao descarte de ferro gusa nos poços de emergência licenciados para esse fim". Conforme a empresa, "ventos fortes fizeram com que poeira de grafite fosse arrastada para as comunidades vizinhas na manhã do dia 26".

Pelas emissões de dezembro, o INEA prometeu estabelecer nova multa. A companhia foi obrigada a operar com 30% de sua capacidade até que sejam resolvidos os problemas técnicos que resultaram no lançamento de poluentes no ar, no entorno da usina,

em dezembro. Na ocasião, a secretária do Ambiente, Marilene Ramos, chegou a afirmar que a siderúrgica poderia não receber a licença definitiva de funcionamento, prevista para fevereiro, se não fizesse as adequações acertadas para evitar novas emissões.

## **CONCLUSÃO**

Segundo Little (2005), não existem receitas que possam ser aplicadas uniformemente para a análise e o tratamento dos conflitos socioambientais.

Vários elementos precisam ser trabalhados em conjunto. Para o autor, por exemplo, o funcionamento do Estado mudou significativamente sua atuação, assim como a ação política da sociedade civil organizada e a importância da mídia.

O Estado é visto, segundo Little (2005) como uma entidade contraditória que representa, mesmo que de forma desigual e diferenciada, os interesses divergentes de sua sociedade, promovendo os diferentes interesses de distintos segmentos da sociedade.

Na conjuntura ambiental o crescimento em número, tamanho e importância das organizações da sociedade civil acabaram por introduzir no cenário político novas formas de atuação.

No campo de ação política, o tema dos conflitos socioambientais é centrado na problemática da resolução dos conflitos por meio da implementação de políticas públicas e diversas estratégias e táticas políticas. A resolução destes conflitos é uma tarefa difícil, segundo Little (2005), devido à sua complexidade e à profundidade das divergências.

Para resolver um conflito de forma definitiva, as múltiplas causas que deram origem a ele teriam de ser eliminadas e as divergências existentes entre as partes solucionadas pacífica, voluntária e consensualmente. Além do mais, os processos de degradação do mundo natural necessitariam de ser cessados para que a solução fosse social e ambiental. Esses requerimentos, embora possíveis de se conseguir, raras vezes acontecem na prática. Portanto, é mais realista, segundo Little (2005) falar em tratamento dos conflitos socioambientais em vez de sua resolução.

Esses tratamentos dos conflitos socioambientais são divididos em 5 tipos: (1) confrontação, (2) repressão, (3) manipulação política, (4) negociação/mediação e (5) diálogo/cooperação.

Pela análise dos dados apresentados no corpo do artigo, pode-se afirmar que a confrontação e a repressão têm sido os tratamentos utilizados neste conflito. Segundo Little (2005), conflitos socioambientais que estão causando danos muito fortes a um ou mais dos grupos sociais invariavelmente passarão por processos de confrontação como uma resposta

de defesa a um modelo de vida ou à vida física de um grupo. Entre os aspectos positivos da confrontação está a tendência a provocar mudanças, pois são criadas situações conflituosas que demandam atenção. Ao transformar um conflito latente num conflito explícito, a confrontação serve para forçar novas tentativas de resolução. Pelo lado negativo, a confrontação pode contaminar um ambiente de diálogo, tornando assim, uma solução negociada ainda mais difícil. Práticas de confrontação também aumentam a possibilidade de conflitos violentos. Já a repressão pode ter sido imposta pelo INEA e suas duas multas aplicadas em 2010.

## **BIBLIOGRAFIA**

### ***Livros e artigos***

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

LEFF, E. (1996), "La Insoportable Levedad de la Globalización. La Capitalización de la Naturaleza y las Estrategias Fatales de la Sustentabilidad", Revista Universidad de Guadalajara, No. 6, Guadalajara, México, 1996, pp. 21-27.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In Bursztyn, Marcel. A Difícil Sustentabilidade: Política Energética e Conflitos Ambientais. Editora: GARAMOND. São Paulo: 2005

OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social. Paris: Karthala, 1995.

SOARES, Raquel Baraldi Ramos. Impacto Ambiental, <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/impacto.htm>

### ***Documentos consultados:***

Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA. Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em

[http://www.pacs.org.br/uploaded\\_files/20091126224843\\_printed\\_outras\\_UEFDU19Fc3R1ZG9fZGVfQ2Fzb19US0NTQS0yMDA5LnBkZg==.pdf](http://www.pacs.org.br/uploaded_files/20091126224843_printed_outras_UEFDU19Fc3R1ZG9fZGVfQ2Fzb19US0NTQS0yMDA5LnBkZg==.pdf)

COUTINHO, Luciano. Desafios do BNDES no ciclo de investimentos em curso na economia brasileira. Comitê Estratégico de Economia – AMCHAM São Paulo, 2 de setembro de 2010. Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo, 2010. Organizações Integrantes do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale. Versão preliminar do documento sujeita a modificações. Rio de Janeiro, abril de 2010. Disponível em [http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2010/04/dossie\\_versaoweb.pdf](http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2010/04/dossie_versaoweb.pdf)

Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil. Fiocruz, Fase e Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde. 2009. Disponível em <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php>

Missão de solidariedade e investigação de denúncia em Santa Cruz. Folder da missão. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em <http://www.adital.com.br/arquivos/2010/10/missao%20solidariedade%20santa%20cruz.pdf>

Planejamento estratégico do governo do Rio de Janeiro, 2007-2010. Disponível em [http://www.planejamento.rj.gov.br/Projetos/plano\\_estrategico\\_2007\\_2010.pdf](http://www.planejamento.rj.gov.br/Projetos/plano_estrategico_2007_2010.pdf)

### ***Sítios on line consultados:***

<http://www.vale.com>

<http://www.thyssenkrupp-steel-europe.com/csa/pt/strategie/>

<http://www.justicanostrilhos.org>

<http://atingidospelavale.wordpress.com>

<http://www.observatoriosocial.org.br>

<http://global.org.br/programas/posicionamento-do-comite-baia-de-sepetiba-pede-socorro-frente-a-inauguracao-da-tkcsa/>

### ***Reportagens consultadas:***

BNDES libera R\$ 7,3 bi para a Vale investir no Brasil. Estado de São Paulo, 1 de abril de 2008. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,bndes-libera-r-73-bi-para-vale-investir-no-brasil,149399,0.htm>

<http://portalexame.abril.com.br/ae/economia/vale-conclui-acordo-alema-elevar-fatia-csa-536552.shtml>. Acessos em 02jan2010.

Pescadores artesanais, quilombolas e outros moradores do entorno da Baía de Sepetiba: sem peixes, expostos a contaminações e ameaçados por milícias ligadas a

empreendimentos em construção. Mapa da injustiça ambiental e saúde no Brasil. Disponível em <http://www.conflitoambiental.iciict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=109>.

Vale e BNDES negociam usina. Estado de São Paulo. 18/06/2009. Disponível em [http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389041,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389041,0.php)

BNDES financia com R\$ 1,48 bilhão complexo siderúrgico da ThyssenKrupp em Santa Cruz (RJ). 20/06/2007. Disponível em [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Sala\\_de\\_Imprensa/Noticias/2007/20070620\\_not141\\_07.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2007/20070620_not141_07.html)

Financiamentos para Infra-estrutura aprovados pelo BNDES em 2007 crescem 128% e atingem R\$ 35 bilhões. 19/12/2007. Disponível em [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Sala\\_de\\_Imprensa/Noticias/2007/20071219\\_not283\\_07.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2007/20071219_not283_07.html)

Entre as cinco maiores do mundo. Caderno Economia e país. Jornal O DIA, 19/06/2010.

Moradores de Santa Cruz reclamam de fuligem jogada pela Companhia Siderúrgica do Atlântico. Disponível em <http://www.soalagoas.info/2010/12/moradores-de-santa-cruz-reclamam-de.html>

Trabalhadores sem salário e com uma refeição por dia. O dia online. 13 de agosto de 2009. Disponível em [http://odia.terra.com.br/portal/rio/html/2009/8/trabalhadores \\_sem\\_salario\\_e\\_com\\_uma\\_refeicao\\_por\\_dia\\_29238.html](http://odia.terra.com.br/portal/rio/html/2009/8/trabalhadores_sem_salario_e_com_uma_refeicao_por_dia_29238.html)

---

<sup>i</sup> Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA. Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em [http://www.pacs.org.br/uploaded\\_files/20091126224843\\_printed\\_outras\\_UEFDU19Fc3R1ZG9fZGVfQ2Fzb19US0NTQS0yMDA5LnBkZg==.pdf](http://www.pacs.org.br/uploaded_files/20091126224843_printed_outras_UEFDU19Fc3R1ZG9fZGVfQ2Fzb19US0NTQS0yMDA5LnBkZg==.pdf)

<sup>ii</sup> Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA. Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em [http://www.pacs.org.br/uploaded\\_files/20091126224843\\_printed\\_outras\\_UEFDU19Fc3R1ZG9fZGVfQ2Fzb19US0NTQS0yMDA5LnBkZg==.pdf](http://www.pacs.org.br/uploaded_files/20091126224843_printed_outras_UEFDU19Fc3R1ZG9fZGVfQ2Fzb19US0NTQS0yMDA5LnBkZg==.pdf)

<sup>iii</sup> A Baía de Sepetiba é um corpo de águas salinas e salobras, que se comunica com o oceano Atlântico por meio de duas passagens, na parte oeste entre os cordões de ilhas que limitam com a ponta da Restinga, e na porção leste, pelo canal que deságua na Barra de Guaratiba. A Baía de Sepetiba constitui um criadouro natural para diversas espécies em

---

suas áreas de mangue e zonas estuarinas, sendo a atividade pesqueira um importante suporte econômico e social para a região. Além disso, suas águas servem à preservação da flora e fauna, à recreação, à navegação e, graças à beleza cênica da região, com suas cachoeiras e ilhas, possui áreas propícias ao turismo. Cabe destacar a restinga da Marambaia, cujas características são próprias das definições clássicas dos ecossistemas de restinga, imensa barragem de areia que apesar de seus poucos metros acima do nível do mar, funciona como um dique, isolando as águas da Baía do oceano. (fonte: site do INEA - <http://www.inea.rj.gov.br/fma/baia-sepetiba.asp>)

<sup>iv</sup> Planejamento estratégico do governo do Rio de Janeiro, 2007-2010. Pag. 95. Disponível em [http://www.planejamento.rj.gov.br/Projetos/plano\\_estrategico\\_2007\\_2010.pdf](http://www.planejamento.rj.gov.br/Projetos/plano_estrategico_2007_2010.pdf)

<sup>v</sup> Fonte: <http://www.thyssenkrupp-steel-europe.com/csa/pt/strategie/>

<sup>vi</sup> Vale e ThyssenKrupp começam nova era na siderurgia: A Vale e a ThyssenKrupp inauguraram a ThyssenKrupp CSA Siderúrgica do Atlântico, uma das maiores e mais modernas siderúrgicas do mundo, localizada no bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. A usina tem capacidade de produção anual de 5 milhões de toneladas métricas de placas de aço. O projeto – que recebeu investimentos de 5,2 bilhões de Euros (cerca de US\$ 8,2 bilhões) – engloba, além de dois altos-fornos e aciaria, porto, coqueria e uma termoelétrica, movida a gases gerados no próprio processo de produção, como capacidade de 490 MW. O empreendimento é fruto da parceria da ThyssenKrupp Steel, maior produtor de aço da Alemanha, principal acionista da CSA (73,13%), e da Vale. A construção do complexo siderúrgico envolveu 30 mil trabalhadores, uma das maiores movimentações de mão de obra já vista na história do País. Para o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi uma alegria concluir o projeto. “Essa era uma obra em que muitas pessoas não acreditavam. O Rio de Janeiro vivia para baixo e hoje é um dos estados com os maiores investimentos do Brasil. Vamos crescer muito, com serenidade e responsabilidade”, disse. O diretor-presidente da Vale, Roger Agnelli, comemorou o início das operações. “Em 2004, o projeto era uma ousadia pelos desafios. Tinha que ser ambientalmente sustentável dentro do contexto da siderurgia nacional. Hoje, nasce um novo compromisso, o de fazer a empresa crescer e se desenvolver na siderurgia multinacional. Por parte da Vale e da ThyssenKrupp vocês terão apoio para inovar, crescer profissionalmente e fazer a empresa crescer”, afirmou.

<sup>vii</sup> Lei Kandir - Lei complementar nº 87, que entrou em vigor em 13 de setembro de 1996 no Brasil. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal, nas operações relativas à circulação de mercadorias e serviços – ICMS. A lei Kandir isenta do tributo ICMS os produtos e serviços destinados à exportação, resta ressaltar que este não é o único assunto

---

tratado na lei, seu objetivo é esclarecer e facilitar a execução da Constituição Federal sobre o ICMS. Seu autor foi o deputado Antônio Kandir - PSDB-SP.

<sup>viii</sup> A planta industrial em construção teria investimento, conforme aprovado em setembro de 2006, de € 3 bilhões, aproximadamente R\$ 8 bilhões. Em maio de 2008, a empresa elevou a previsão de investimentos para uma faixa entre 3,5 a 3,7 bilhões. Segundo notícia veiculada no dia 15 de agosto de 2008 (O Globo e Estado de São Paulo), por conta de atrasos nas obras, aumento no preço de máquinas e equipamentos e outros custos, o orçamento do projeto foi elevado para 4,5 bilhões. É considerado o maior investimento estrangeiro privado feito no Brasil nos últimos 10 anos e o maior projeto do setor siderúrgico no país. Boa parte deste investimento é financiado com dinheiro público, seja por meio de fartas isenções fiscais seja por financiamento direto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Banco também financiará parte das atividades de responsabilidade social da empresa, num montante estimado em R\$ 10,5 milhões. Adicionalmente, o BNDES aprovou financiamento de R\$ 1,48 bilhão destinado à aquisição de máquinas equipamentos nacionais, obras civis, instalações e montagens associadas que correspondem a 18% do investimento total do projeto. Além disso, o terreno sobre o qual a empresa está sendo construída foi concedido pelo governo estadual. A TKCSA também foi dispensada do pagamento de tributos municipais (ISS) e estaduais, por cinco e 12 anos respectivamente. Estima-se em mais de US\$ 150 milhões o montante das isenções de ICMS. Falsificação de assinaturas: Os técnicos do GATE afirmam que, dentre os documentos que embasaram o licenciamento apresentados pela empresa no momento da vistoria, haveria assinaturas escaneadas e falsificadas. Algumas assinaturas, inclusive, nem mesmo corresponderiam aos nomes descritos no documento (PACS, 2009).

<sup>ix</sup> Estima-se que o não pagamento por parte da empresa dos Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços corresponda a aproximadamente US\$ 150 milhões por ano. Isso sem contar as isenções fiscais decorrentes do não pagamento da isenção de ISS – Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza, concedida por cinco anos. A isenção de pagamento de ISS foi concedida pela LEI n.º 4.372, de 13 de junho de 2006. A TKCSA receberia a isenção total de ISS sobre alguns itens e usufruiria da incidência de alíquota especial sobre outros, por um período de cinco anos. No entanto, a isenção ficava condicionada a algumas exigências. Dentre elas a geração de empregos e a realização de programas de capacitação profissional nos níveis básico, médio e superior na área do complexo siderúrgico. O projeto deveria atender anualmente cerca de 500 pessoas da região da Baía de Sepetiba. Adicionalmente, a lei que concedia a isenção obrigava a TKCSA a destinar 25% do valor economizado com a isenção para a elaboração de um

---

Plano Diretor do entorno, prevendo o aumento populacional que o empreendimento causaria, além da recuperação da Baía de Sepetiba. Nenhuma das condições estipuladas pelo estado foi cumprida pela TKCSA. Mesmo assim, no início de 2009, é encaminhado à Câmara dos Vereadores do município o projeto de lei nº 1, pelo prefeito Eduardo Paes, que visava à extensão desses benefícios por mais cinco anos. O novo projeto de lei alterava, ainda, as condicionalidades para a isenção dos impostos, retirando a maioria delas. Porém, diante do crescimento da visibilidade em relação às irregularidades e às violações cometidas pela TKCSA, o projeto de lei que pretendia ampliar os benefícios da empresa e reduzir seus deveres foi retirado em junho de 2009. Em outubro de 2009 outro projeto de lei nos mesmos moldes foi encaminhado novamente para votação na Câmara dos Vereadores, contudo, foi retirado novamente alguns dias depois (PACS, 2009).

<sup>x</sup> RIO DE JANEIRO. Decreto do Estado do Rio de Janeiro nº 40.442 de 21.12.2006. Regulamenta a Lei nº 4.529, de 31 de março de 2005, que aprova o enquadramento das Sociedades CSA Companhia Siderúrgica do Atlântico, Thyssenkrupp Stahl A. G, Companhia Vale do Rio Doce no programa de atração de investimentos estruturantes – Rioinvest.

<sup>xi</sup> Segundo legislação, esta área, denominada APA, não poderia ser desmatada.

<sup>xii</sup> Fonte: site da Justiça Global: [global.org.br](http://global.org.br), Por Isabela Vieira, Agência Brasil